

**IMPACTO DAS MÚLTIPLAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES NA ESCOLA:
“OUTRAS FAMÍLIAS, OUTRAS HISTÓRIAS”**

**IMPACT OF MULTIPLE FAMILY ORGANIZATIONS IN SCHOOL: "OTHER
FAMILIES, OTHER STORIES"**

Recebido em 10/02/2019

Aceito em 20/04/2019

Marina dos Reis Marty¹

Alinne de Lima Bonetti²

Resumo: O presente relato parte da análise de alguns dados etnográficos oriundos do projeto de pesquisa “Marcadores da diferença, interseccionalidades e a produção de alteridades nos processos educativos e de socialização”, em andamento. Trata-se da observação participante de uma formação de professoras e professores do ensino público municipal sobre a temática da multiplicidade de formas de organizações familiares, visando problematizar as convenções de gênero e de sexualidade, bem como valores e modelos tradicionais de família. A atividade proposta suscitou debates acerca da visibilidade das múltiplas faces da família atualmente e o papel a ser desempenhado por eles e elas enquanto educadores e educadoras. As professoras e os professores produziram histórias relacionando a realidade dos e das estudantes e os papéis exercidos pelas instituições família-escola. Compreendeu-se que há uma convergência entre as responsabilidades e competências dos dois âmbitos, familiar e escolar, além de que os dois influenciam diretamente na formação integral do indivíduo.

Palavras-chave: Organizações familiares; Antropologia; Escola.

Abstract: This report starts from the analysis of some ethnographic data from the research project "difference markers, intersectionalities and production of otherness in educational processes and socialization," in progress. It is the participant observation of a training teachers and teachers of the municipal public education on the subject of multiple forms of family organizations, aimed to question the conventions of gender and sexuality, as well as values and traditional models of family. The proposed activity has raised debates about the visibility of multiple family currently faces and the role to be played by them and them as educators. The teachers and teachers produced stories relating the reality of male and female students and the roles played by the family-school institutions. It was understood that there is a convergence between the responsibilities and competences of the two areas, family and school, and the two directly influence the integral formation of the individual.

Key words: Family organizations; Anthropology; School.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda de Licenciatura em Educação Física (UNIPAMPA – Campus Uruguaiiana) e graduanda de Bacharelado em Psicopedagogia (UNINTER). Grupo de pesquisa TUNA – Gênero, educação e diferença. E-mail: mreismarty@gmail.com

² Docente da UNIPAMPA, campus Uruguaiiana. Antropóloga e Doutora em Ciências Sociais/Unicamp. Grupo de pesquisa TUNA – Gênero, educação e diferença. alinnebonetti@unipampa.edu.br

Nos últimos tempos, acompanhamos um grande debate que tem resgatado a relação da família e da escola. Desde 2014, as discussões em torno de projetos de lei que visam retirar dos currículos escolares determinados conteúdos como gênero e sexualidade, tem se valido de um argumento em que a família ocupa um lugar de destaque. Segundo eles, tais temas envolveriam valores morais, que seriam próprios à educação familiar. Com isto, operam com uma separação simplificadora entre as tarefas de uma e de outra instituição. Nesta argumentação, a escola teria a tarefa de ensinar, enquanto a família, educar. Além da perspectiva absolutamente equivocada sobre a função da escola, cabe-se, ainda, questionar a definição de família subsumida a esta argumentação, que se revela muito restrita. Em outro lugar (MARTY; BONETTI, 2017) identificamos que este modelo de família corresponde a um modelo tradicional formada por um casal heterossexual com filhos, com papéis, identidades e tarefas bem definidas.

Não raro, este modelo de família informa, também, diferentes instâncias de nossa vida social. A família é concebida como a instituição de primeiro contato da criança, que irá transmitir valores dentro de sua cultura, possuindo assim, responsabilidade na construção da identidade da criança como indivíduo. É indubitavelmente uma “unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social.” (DESSEN; POLONIA, 2007, p.22).

É responsabilidade da família, como previsto no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, sendo família natural, extensa ou substituta³.

Como se pode perceber, estes encargos remetem a um conceito universal de família, porém, devido às múltiplas formas de organização da instituição, esse mesmo conceito não é de todo representativo, como afirma Claudia Fonseca (2005), “não há receita para definir os membros relevantes de uma rede familiar.” (p.54). Com a pluralidade de formações existentes, as características únicas de cada grupo familiar são cada vez mais evidentes, interferindo distintamente no desenvolvimento identitário.

³ Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes; família extensa ou ampliada aquela que se estende para além de pais e filhos, formada por parentes próximos; família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente;

A atribuição da família na formação da identidade da criança pode ser desempenhada de várias maneiras, de acordo com o formato e características de gênero, como as representações masculina e feminina, além de outros fatores. “A família é instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade, integrando o leque das instituições comprometidas com a reprodução da ordem social.” (MELLO, 2005). Como dito anteriormente, a família possui papel fundamental na socialização da criança. Conforme afirma Maria da Graça Setton (2002, p.107) “o processo de socialização das formações atuais é um espaço plural de múltiplas referências identitárias”, cabendo tanto à família, quanto à escola influenciar significativamente na construção do indivíduo.

Para a escola compete – assim como para a família – a estruturação social, intelectual e cultural da criança. “Ela não apenas reflete as transformações atuais como também tem que lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado” (DESSEN; POLONIA, 2007, p.25), possibilitando um intercâmbio de experiências tanto entre estudantes como também com as/os professores. Desta forma, família e escola possuem papéis fundamentais no desenvolvimento da criança, o que corrobora com a ideia de que o olhar para as diferentes organizações familiares em meio escolar também são impactantes na formação integral do indivíduo.

Tendo-se em vista tais questões acima expostas, neste relato apresentaremos os resultados de uma oficina realizada junto a um grupo de docentes de uma escola pública de ensino fundamental de Uruguaiana, fronteira-oeste do Rio Grande do Sul. Tal atividade versou sobre a pluralidade de organizações familiares no âmbito de um projeto de formação continuada promovido pela equipe diretiva da instituição escolar. A convite da equipe escolar, o grupo de pesquisa Tuna - gênero, educação e diferença, promoveu a atividade “Outras famílias, outras histórias”, em que se buscou problematizar, a partir da perspectiva antropológica, a pluralidade de configurações familiares contemporânea.

Cumprir destacar que esta análise está circunscrita no âmbito da pesquisa etnográfica: “Marcadores da diferença, interseccionalidades e a produção de alteridades nos processos educativos e de socialização”, desenvolvido com auxílio do Programa de Desenvolvimento Acadêmico da UNIPAMPA. Com isto, neste relato, busca-se retratar o impacto que as diferentes concepções de família causam no pensamento de professoras e professoras a partir da convivência com o corpo discente e, com isto, apontar a relevância da articulação entre família e escola na formação das crianças e jovens.

METODOLOGIA

A oficina foi realizada durante uma manhã de sábado, voltada a professoras, professores, servidoras e servidores da escola. Segundo a equipe diretiva, a adesão do corpo escolar não foi massiva, mas com significativa presença já que a atividade era facultativa.

A equipe do Tuna propôs a oficina, organizada em dois momentos: uma dinâmica inicial com bonecos de pano, confeccionados por estudantes pibidianos do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, campus Uruguaiiana, seguida de uma problematização sócio-antropológica dos modelos de família historicamente vigentes em nossa sociedade. A dinâmica objetivou identificar os saberes, modelos familiares e valores do grupo participante para proporcionar uma interação e um diálogo mais significativo sobre as concepções familiares.

O grande grupo foi organizado em nove subgrupos, que foi instruído a pegar um dos bonecos dispostos numa mesa e, a partir dele, construir uma história familiar imaginária ou conhecida. Os bonecos representavam a diversidade social humana, a exemplo de: um boneco usuário de cadeira de rodas, uma família homoparental formada por dois pais e uma menina, uma menina de óculos, uma mulher transexual, entre outros. Distribuíram-se folhas em branco para criarem a história e, ao final, cada grupo realizou sua apresentação, contando o que os motivou a dividir aquela história com o grande grupo. Após a realização desta dinâmica em grupo, as pesquisadoras introduziram breves conceitos de forma expositiva, relacionados à multiplicidade de organizações familiares.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os nove grupos em que as professoras e os professores foram divididos escolheram os bonecos aleatoriamente, salvo um deles, no qual houve uma breve discussão sobre o que deveria ser considerado família. Nesse grupo, (chamaremos grupo um), um integrante, assim como as outras equipes, realizou a escolha de um boneco – formado por dois homens e uma menina – e retornou ao grupo, tendo sua opção vista de forma negativa por uma das integrantes. Subjetivamente, para a referida integrante, essa não poderia ser considerada uma família por fugir dos padrões tradicionais, já que se apresenta constituída por dois pais em uma relação homoafetiva e uma filha adotiva. Assim, pediu ao colega que trocasse de boneco, mas os demais integrantes concordaram que deveria permanecer com este mesmo.

A história apresentada por esse grupo idealizava uma família de condição financeira estável, os dois adultos com nível superior de ensino, e a menina que realizava atividades extracurriculares, além de muitos passeios em shopping-centers em família. O grupo não considerou um aluno da escola para criar sua história, uma vez que as condições de vida idealizadas não foram condizentes com a maioria dos alunos e tampouco com o contexto sócio-econômico e cultural da cidade. Ou seja, tal modelo de família, mesmo tendo sido escolhido a ser representado pelo grupo, demonstra que tal configuração é percebida como algo distante da realidade desta comunidade escolar, idealizada, e referência de propaganda televisiva. O breve debate suscitado em torno da escolha mostra, ainda que implícita, uma resistência a essas organizações familiares que atualmente estão recebendo maior visibilidade.

“[...] se torna difícil, e às vezes perigoso, o debate que se estabelece em relação a suas especificidades e seu potencial de subjetivação, uma vez que é muito comum sua condenação a priori, por não oferecer um quadro referencial compatível com aquele instituído pelo status quo patriarcal” (PASSOS, 2005, p. 32).

A resistência de uma das integrantes do grupo em não usar aquele boneco por não condizer com os padrões tradicionais de família traz à tona certa discriminação à homoparentalidade (GROSSI et al, 2007), pois da perspectiva do modelo de família nuclear que parece povoar o imaginário desta interlocutora, em tal modelo *não há todos os elementos necessários para o desenvolvimento saudável da criança*. Assim, como afirma Ana Paula Uziel (2002, p.6) “a estabilidade do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo e seu desejo de ter filhos desperta a curiosidade de muitos, que desconfiam de uma impossibilidade, inadequação, impropriedade”.

Os grupos dois e três contaram a história de uma mesma aluna – revelando acidentalmente sua identidade durante a apresentação – que já não mais estudava na instituição, mas que havia sido marcante para muitas das professoras e muitos dos professores ali presentes. A família da menina era formada por ela, sua mãe e seu pai, porém não recebia a devida atenção e cuidados, segundo os relatos. O pai sofria de alcoolismo e, com isso, veio a óbito, enquanto a mãe passou a prostituir-se, o que motivou a menina a seguir esse mesmo caminho. Apesar da sua situação, a aluna destacou-se pela responsabilidade, carisma e tendência a liderar. Esta história suscitou um debate acerca dos limites que a escola deve ou não estabelecer quando a e o discente não os encontra fora de ambiente escolar.

Dependendo do nível de desenvolvimento e demandas do contexto, é possibilitado à criança, quando entra na escola, um maior grau de autonomia e independência comparado ao que tinha em casa, o que amplia seu repertório social e círculo de relacionamento (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 27-28).

No contexto escolar, a menina poderia estar reproduzindo comportamentos que presenciava em casa. A escola possibilitava a ela um ambiente em que se sentia à vontade para liderar e exercer sua autonomia, desenvolvendo habilidades importantes em aspectos cognitivos, sociais e comportamentais.

A relação entre família e escola é restrita, já que, por vezes, a família não acompanha o processo de aprendizagem da criança, e os limites de intervenção da escola no desenvolvimento não são estabelecidos de forma clara.

Uma das dificuldades na integração família-escola é que esta ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade e, por isso, não possibilita uma distribuição equitativa das competências e o compartilhar das responsabilidades (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 28).

A suposta desestruturação familiar retratada no caso do grupo dois e três reflete este abismo da distribuição de competências e responsabilidades entre a família e a escola, já que esta intersecção ocorre de formas distintas em cada caso.

O grupo quatro havia escolhido uma boneca de óculos e ocorreu-lhes uma aluna devido a essa característica particular. Sua família era formada pela avó e por um tio, pois havia sido deixada pelos seus pais biológicos para a avó criar. A aluna era portadora de paralisia facial, e era conhecida pelos professores por sua dedicação aos estudos. A condição financeira da família era difícil, e a menina tinha constantes discussões com o tio.

Como já vimos, o contexto social em que a criança está inserida é de suma importância para seu crescimento. Contudo, isso pode ser benéfico ou não, dependendo da forma que afeta o comportamento. “É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele.” (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 27). Neste caso supracitado, a criança, mesmo possuindo condições e contexto familiar não favoráveis, obtinha um bom aproveitamento escolar.

Já o grupo cinco estava com um boneco usuário de cadeira de rodas, que teve sua história baseada em um aluno de um dos integrantes, mas de outra instituição. O menino morava com seu pai e mãe biológicos, que permitiam que conduzisse uma motocicleta aos 13 anos, quando sofreu um acidente, resultando na amputação de uma de suas pernas. O menino mostrou

Marina dos Reis Marty e Alinne de Lima Bonetti

resistência a retornar para a escola – que havia sido adaptada para recebê-lo – após sua recuperação. Um grupo de colegas foi até sua casa buscá-lo, mas ele se recusou a frequentar a escola. A questão suscitada foi de que os próprios alunos recorrem ao isolamento quando possuem alguma dificuldade.

O comportamento resistente do menino retoma o conceito de que a família é a primeira responsável pelo desenvolvimento afetivo e emocional. O desejo de isolar-se dos demais e abandonar a escola por não aceitar sua nova condição exemplifica isto. “A identidade cultural da família é o que molda o comportamento de cada um nos momentos de prazer e de dificuldade.” (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p.16). O perfil de sua família, podendo ser qualificado como permissivo e liberal, possui grande influência na questão comportamental do menino, que tem o “direito de escolha” de não retornar à escola.

O grupo seis contou a história de um menino que vivia com os avós, pois seus pais o tiveram muito jovens e o deixaram com eles. Os pais biológicos construíram outras famílias com outros parceiros e tiveram outros filhos, deixando-o completamente sob responsabilidade dos avós, que o mantêm com sua aposentadoria. O menino, segundo o grupo de professoras e professores, sente-se rejeitado e apresenta dificuldade de concentração, insegurança, isola-se das outras crianças e possui um humor muito instável.

O grupo sete trouxe a história de uma adolescente, que estando grávida, não recebeu nenhum apoio do pai da criança nem de sua família. Ela sonhava em cursar faculdade, mas agora faz faxinas para seu sustento e o do filho. É uma mãe superprotetora e seu filho é inseguro e agressivo. Na escola, foi encaminhado para acompanhamento psicológico, para que seus professores entendessem os motivos de seu comportamento e adequassem a abordagem de trabalho e o trato do menino no relacionamento com os colegas.

O comportamento desse menino colaborou para que os professores quisessem entender as causas e intervir de alguma forma, resultando no encaminhamento psicológico. Informar-se sobre o contexto familiar, para os professores, resultaria em uma melhor abordagem de trabalho.

Conhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas inter-relações possibilitaria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas [...] (POLONIA, DESSEN, 2005, p. 310).

A boneca do grupo oito era aparentemente idosa e deficiente visual. O grupo contextualizou a sua história, como sendo mãe de duas filhas, cada uma com um pai diferente,

morando junto com a avó das meninas, sua mãe. Apesar de sua deficiência, produz e vende salgados de porta em porta. Uma de suas filhas sente vergonha da ocupação da mãe e de sua condição enquanto deficiente visual, enquanto a outra filha a ajuda e orgulha-se muito de sua mãe.

O grupo nove trouxe a história de um menino de seis anos, filho único. Morava com sua mãe e seu padrasto, mas nas férias sempre via o pai. É um menino bem cuidado, confiante e inteligente. Levava uma boa relação com os professores e colegas, e mesmo possuindo estabilidade financeira, diferentemente da maioria, jamais menosprezava seus colegas em situação financeira inferior. Foi uma história que teve como inspiração um ex-aluno da escola e serviu para ressaltar que devido às diversas disposições familiares, deve-se adequar a conduta docente.

Após o caloroso debate seguido de um pequeno intervalo, seguiu-se a segunda parte da formação, com uma exposição dialogada sobre a construção histórica e sociocultural dos modelos familiares que povoam nossas visões de mundo, partindo-se da desconstrução da perspectiva da família patriarcal brasileira, a partir do pensamento de Gilberto Freyre, passando-se pela problematização do modelo de família nuclear parsoniano, muito utilizado como referência em legislações e políticas públicas, contrastando-se com as famílias reais que protagonizaram as histórias de família relatadas na dinâmica dos bonecos e que compõem o cotidiano e a própria vida de cada um e cada uma que participava da oficina. Neste sentido, o grupo docente participante da atividade foi convidado a relativizar tais modelos que constituem nossas visões de mundo, objetivando uma maior aproximação com as múltiplas realidades que compõem a complexidade da vida social.

A influência que o contexto familiar exerce sobre a formação integral do indivíduo pode ser benéfica ou não, como visto anteriormente e como foi exemplificado através das histórias contadas pelos grupos. A visão docente sobre as organizações familiares denota sua relevância como podemos perceber, a exemplo do caso do grupo sete, em que a intervenção dos professores trouxe benefícios ao desenvolvimento socioeducativo do aluno. Compete aos professores e às professoras, então, não apenas a transmissão de conhecimentos básicos, mas também amparar seu desenvolvimento enquanto indivíduo com direitos e deveres. A escola deve então:

[...] considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Dessa forma, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser

empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 27).

Esses casos estão relacionados entre si pelo fato de trazerem múltiplas configurações familiares e, com isto, diferenças que constituem o desenvolvimento de cada criança e de cada jovem, o que reflete em suas relações sociais, no seu desempenho escolar e no desenvolvimento identitário. Neste sentido, é patente a relevância da articulação entre família e escola na educação do corpo discente, corroborando com a fragilidade e artificialidade de divisão de tarefas entre uma e outra instituição.

CONCLUSÕES

A instituição familiar é responsável pela formação integral dos indivíduos. Pensar a família é refletir sobre a construção da subjetividade e também da cidadania. Assim, o desenvolvimento ocorre a partir de fatores que vão além dos biológicos e/ou genéticos. Considera-se, com isso, a importância dos grupos sociais na vida da criança, uma vez que o aprendizado e o comportamento são frutos de experiências e exemplos vivenciados.

Muitos traços comportamentais dos alunos são atribuídos pelos professores como decorrentes da estrutura familiar e o contexto no qual estão inseridos. A referência familiar constitui a visão docente para o perfil apresentado pelas educandas e pelos educandos.

O que se compreende, a partir deste relato, é a necessidade da interface família e escola, dada a ideia daquilo que compete a cada instituição e voltando-se aos direitos fundamentais da criança assegurados legalmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 17/04/2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; DA COSTA POLONIA, Ana. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 17, n. 36, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03>>. Acesso em 18/04/2018.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e sociedade*, v. 14, p. 50-59, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2005.v14n2/50-59/pt>>. Acesso em 21/04/2018.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Editora Garamond, 432p. Rio de Janeiro, 2007.

MARTY, Marina dos Reis; BONETTI, Aline de Lima. Escola Sem Partido: uma netnografia sobre o PL 01/2017 em Uruguaiana – RS. In SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima; SOARES, Cristiane Barbosa (Orgs.). *IV Seminário Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação: desafios dos feminismos e a garantias dos direitos humanos*. Unipampa: campus Uruguaiana, 2018. 344 p. Disponível em <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2018/03/anais_ivseminario_cgrrere.pdf>. Acesso em 24/04/2018.

MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Editora Garamond, 232p. Rio de Janeiro, 2005.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia clínica*, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pc/v17n2/v17n2a03.pdf>>. Acesso em 17/04/2018.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12>>. Acesso em 18/04/2018.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. *Educação e pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 107-116, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11659>>. Acesso em 18/04/2018.

SIMÕES, Fátima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126924>>. Acesso em 15/05/2018.

UZIEL, Anna Paula. “Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas”. 2002. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280718>>. Acesso em 21/04/2018.